ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA: MEMÓRIA, ETNOGRAFIA E DEFINIÇÃO DO ATOR SOCIAL

LUIZ EDUARDO SOARES
Instituto Superior de Estudos da Religião
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

I

São muitas as dificuldades para enfrentar o desafio posto pelo título desta mesa. Seria no mínimo imprudente e provavelmente reducionista propor definições de cada uma das disciplinas, seja pelos objetos específicos, seja por pontos de vista teóricos ou epistemológicos, seja por distinções metodológicas. Se os antropólogos permanecessem devotados a seu campo de estudos original, as sociedades indígenas, e se, por sua vez, os politólogos se mantivessem exclusivamente dedicados à análise das instituições políticas dos Estados modernos, talvez, pelo menos superficialmente, fosse fácil encontrar referências diferenciadoras. Mas não tem sido assim, antropólogos e cientistas políticos têm resistido, na prática, às classificações simplistas e estáticas. Seria melhor, portanto, para não correr o risco de excluir de maneira autoritária trabalhos importantes que legitimamente postulam pertencimento a cada uma das disciplinas, afirmar que a antropologia é aquilo que os antropólogos produzem, o mesmo valendo para a ciência política. Desse modo, ganha-se em amplitude e flexibilidade o que se perde em precisão e capacidade preditiva.

Mas aquilo que fazem os pesquisadores e profissionais que se autoidentificam com cada uma das disciplinas em foco, de um modo geral não varia ilimitadamente; pelo contrário, parece haver centros de gravitação

Anuário Antropológico/94
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

razoavelmente poderosos que restringem a entropia e justificam ou fundamentam a percepção ordinária de que há identidade e de que há diferença.

Tomo preferencialmente um caminho de reflexão. Pretendo acompanhar e ouvir o senso comum, as representações que me parecem predominantes em cada grupo profissional, para buscar definir os centros de gravitação redutores da fragmentação e, a partir daí, procurar entender os prováveis obstáculos ao entendimento mútuo, ao genuíno interesse comum, à colaboração, hoje tão desejáveis quanto improváveis.

Deslocando o ângulo para a percepção ordinária dos grupos profissionais, introduzo, imediatamente, dimensões simbólicas, valorativas ou morais e até mesmo psicológicas, além daquelas mais óbvias, como as institucionais e históricas. Foi o que tentei fazer em ensaio redigido há alguns anos e republicado, recentemente, em meu livro *Os Dois Corpos do Presidente*.

Antes de chegar às variáveis mais propriamente sociológicas, que poderiam ser exploradas em outro momento, proponho um mergulho especulativo no imaginário destes grupos, no inconsciente disciplinar, digamos assim. A hipótese é de que aí se radicam os pólos que balizam as identidades ou os centros de gravitação mencionados.

II

Falando em inconsciente, perguntemos pelos pais — as relações com os pais fundadores são curiosas e bastante distintas. Se me for permitida a liberdade de usar e abusar das generalizações e das caricaturas, eu diria que, para os antropólogos, Boas, Durkheim, Mauss, Malinowski, ou mesmo Simmel, constituem, malgrado suas diferenças, uma família muito próxima, não só no tempo físico, como também no tempo produtivo e reflexivo. A sensação que temos é de continuidade, não obstante as críticas, as mudanças de perspectiva e de objeto. A continuidade se ramifica em novas constelações de autores e, de um modo ou de outro, sentimo-nos participantes de uma história comum e, no sentido mais forte do termo, filiados à família.

Os cientistas políticos, se inquiridos sobre os pais fundadores, provavelmente aludirão a autores muito anteriores a Schumpeter, Pareto, Michels ou mesmo Weber; certamente mencionarão Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu. Alguns, mais pretensiosos, citarão *A República* e

A Política, para se sentirem coextensivos à cultura ocidental. E não haveria aí nenhum absurdo. Todavia, a percepção dignificadora das origens parece vir associada à sensação de descontinuidade e não apenas de distância temporal. Segundo a perspectiva usualmente afirmada pelas visões hegemônicas, na área da ciência política, estes grandes autores, de que herdamos a dignidade do conhecimento do "centro", isto é, do Estado e da política, são patrimônios que merecem estudo apendicular, a menos que se possa extrair de suas obras contribuições específicas para o conhecimento da "realidade contemporânea". A contemporaneidade dos clássicos, assim mediada pela utilidade cognitiva, aparece freqüentemente como um problema, sintoma evidente da percepção predominante de descontinuidade. A inatualidade dos pais fundadores condena-os a uma função meramente ritual. Na substância, estão mortos. O cientista político típico não se sente, a rigor, filiado à família daqueles que ele próprio identificaria como os pais fundadores de sua disciplina. A inatualidade rompe os laços de filiação, tributários, tal como os entendo, do reconhecimento da contemporaneidade substantiva.

Por incrível que pareça a um auditório de antropólogos, não é de todo incomum ouvir-se, entre cientistas políticos puros ou estritos, por assim dizer, a associação entre "erudição" e "inutilidade" ou "beletrismo", uma vez que significaria compromisso inócuo com a inatualidade. Ouvi, recentemente, a acusação, em uma banca: "Lamento ter de dizê-lo, assim, cruamente, mas o fato grave é que cheguei a perceber, em algumas passagens de seu texto, traços de [...] erudição".

As tradições, eis o que quero dizer, têm rendimentos diversos. Mesmo sendo, nos dois casos -como é de lei-, inventadas e recortadas pelas dinâmicas institucionais e pelas respectivas sociologias autoconstitutivas, produzem imagens e auto-imagens distintas, senão opostas. Aos sentimentos de pertencimento e participacão dos antropólogos, às percepção e linguagens familiares -de que fazem parte, com um pouco mais de intensidade, mulheres totêmicas, como Margaret Mead e Ruth Benedict, plenamente integradas à rede da memória comum, ao contrário de Hannah Arendt, dificilmente identificada como algo mais (ou menos) que uma "filósofa política" - opõem-se sentimentos de independência individual, cujo vínculo gregário corporativo pode ser, no máximo, estabelecido por relações particularizantes com universidades ou institutos, além daquelas mantidas pelas entidades profissionais. Ou seja, os laços, aqui, são predominantemente horizontais e correspondem mais a alianças interindividuais do que a sentimentos de

pertencimento. A carreira, a obra, as pesquisas e conquistas configuram trajetórias individualizadas, em graus mais elevados de atomização ou menos elevados de reconhecimento das filiações e pertencimentos a tradições e famílias, se compararmos com o que acontece no universo antropológico.

O próprio Lévi-Strauss, campeão de rupturas e revoluções, não cessa de homenagear seus mestres do passado, nem que seja, como provavelmente lembraria Bourdieu, para legitimar seu lugar especial de herdeiro, no campo em que atua.

No Brasil, há exemplos interessantes: o Prof. Castro Faria costuma acentuar, em sua prática de ensino, as relações, na antropologia, entre obras e autores, as filiações, o pertencimento a redes e campos, ainda que salientando o caráter construído e politicamente orientado das reconstruções do passado ou da identificação contemporânea. O Prof. Roberto Cardoso de Oliveira não cessa de sublinhar suas próprias dívidas com o legado histórico da disciplina, a ponto de ter-se detido no exame monográfico de obras e autores, como Durkheim, Mauss, Lévy-Bruhl, entre outros. O Prof. Roberto DaMatta escreveu ensaios de antropologia autoqualificados como estruturalistas. Sua tese de doutorado, *Um Mundo Dividido*, dialoga com a família em que se insere. Sua palestra na XVIIIª Reunião Brasileira de Antropologia, em Belo Horizonte, foi, em certa medida, uma homenagem a Durkheim. Os vínculos estiveram sempre presentes. Os exemplos poderiam se multiplicar.

Por outro lado, como situar a obra do cientista político mais importante do país, Wanderley Guilherme dos Santos? Suas dívidas para com seus mestres foram reconhecidas publicamente, é verdade, mas jamais li sua obra como a continuidade de determinada tradição específica. "Discurso sobre objeto" é, a meu juízo, um importante programa de trabalho plural e iconoclasta; uma justificação notável da multiplicidade de espistemologias, objetos, teorias e metodologias; o que significa uma plataforma fragmentária, do ponto de vista da inserção em famílias, continuidades e tradições. A retórica da tradição aqui não aparece, sendo substituída pelo gosto modernista dos manifestos libertários ou pela exaltação da inventividade, contraface da ruptura. É claro que, na ciência política, a obra de Wanderley Guilherme dos Santos é um caso à parte. De todo modo, neste aspecto particular, ousaria dizer que é expressiva, em um plano superlativo, dos valores predominantemente cultuados na área.

Mas, consideremos outras obras importantes de Bolivar Lamounier, por exemplo, ou de Olavo Brasil de Lima Jr. A retórica da memória está ausente, a menos que surja como seu avesso, sob a forma do exorcismo crítico -é o que ocorre na tese de doutorado de Lamounier, sobre os pensadores autoritários brasileiros. O gosto pela "ponta", geralmente associado a inovações metodológicas, assume, na ciência política, o lugar ocupado pela retórica da tradição, da memória, da família, do pertencimento.

Quase ia dizendo "uma prova", mas corrijo: uma indicação que reforça o meu argumento é a ausência, na ciência política e sobre esta disciplina, de um trabalho genealógico-familiar tão notável quanto aquele que Stocking vem produzindo. E mais: o apreço pela participação estende-se para além das redes de autores e obras antropológicas, alcançando a cultura, em seu sentido mais amplo, conduzindo a estudos como o de James Clifford, sobre etnografia e surrealismo. Não há, que eu saiba, nada de comparável no campo da política. Os esforços de auto-reflexão e de análise da disciplina como manifestação cultural, isto é, como produção culturalmente limitada e condicionada -esforços tão marcantes na última década que chegam a preocupar alguns, por seus possíveis riscos de autofagia narcisista-, não encontram paralelo em nenhuma obra de cientista político, excluindo-se, é claro, os filósofos.

Continuidade e descontinuidade, pertencimento e individualização. Ora, estes pares são nossos conhecidos. Nem seria preciso ir a Dumont, poderíamos nos deter nas considerações de Isaiah Berlin sobre romantismo e esclarecimento, para formular uma hipótese interpretativa plausível que mereceria uma pesquisa específica. Parece razoável supor afinidades eletivas entre os modos distintos de construção social de identidade (valorizando prioritariamente a continuidade ou os laços horizontais), por um lado, e as práticas profissionais predominantes em cada disciplina, por outro: a imersão (ou socialização secundária) requerida ou estimulada pela antropologia e a distância e objetivação exigidas pela ciência política.

Mas não sejamos ingênuos: trata-se, aqui, de culturas disciplinares, de imaginários profissionais -que são também existenciais, bem entendido-, de categorias nativas, isto é, próprias a cada disciplina, com as quais elas se pensam a si mesmas e elaboram seus respectivos processos cognitivos. Pessoalmente, estou longe de crer na distância e na imersão, em seus sentidos literais.

Certamente, não é indiferente à ênfase nos laços horizontais e na individualização (entendida como independência relativa da tradição), haver no campo da ciência política a valorização da modernidade e da modernização, assim como o culto a um conjunto de valores típicos da ideologia individualista, fartamente estudada, pelo menos desde Tocqueville e Weber: a razão como cálculo; a utilidade como perspectiva; a opinião como representação consciente individual e contingente; a informação no espaço ocupado, na antropologia, pelo simbólico; a predição como rendimento prático do conhecimento; a intervenção construtivista no mundo social como horizonte de justificação da atividade e medida de sua eficiência. O simbólico reduz-se a resíduo, ou apenas replica a lógica do interesse ou de suas manipulações por agentes antagônicos, convertendo-se, neste caso, em ideologia ou ilusão. No fundo, seria uma análogo funcional da religião, cuja finalidade prática resumir-se-ia a garantir a coesão. Por isso mesmo, opor-se-ia à razão, como traço remanescente de um passado pré-moderno, condenado a eclipsar-se. Irracionalidade seria seu epíteto.

Os cientistas políticos, de um modo geral, parecem muito mais sensíveis à ética da responsabilidade, porque se acostumaram a pensar e a se pensar como condutores políticos potenciais, engenheiros institucionais, legisladores, virtuais estadistas. O ângulo macro, totalizante, predominante no estudos da ciência política, corresponde à adoção de um ponto de vista imaginário coincidente com o do Estado, supostamente o centro geométrico da ordem social.

Os antropólogos, geralmente, pretendem falar da periferia, focalizando momentos parciais de experiência social, mesmo quando seus objetos são as elites. Periferia, neste caso, corresponde a um ponto de vista descentrado e descentralizador, isto é, relativizador. Privilegiam a ética da convicção, por vezes até quando politicamente negativa, e se pensam como mediadores, potencializadores da comunicação entre grupos e horizontes culturais, não como líderes em potencial.

Para que a comparação não termine sendo o resultado de uma adesão acrítica ao universo imaginário antropológico, seria necessário reconhecer os riscos e as limitações envolvidas em valores e práticas ocorrentes na antropologia. Em estudos antropológicos típicos, devotados ao exame minucioso e isolado de casos, é freqüente a negligência à dimensão especificamente política das culturas estudadas, suas relações com níveis da experiência social que sintetizam e totalizam vivências e atitudes parciais e fragmen-

tárias. O Estado, não sendo uma ficção, instaura, por sua presença ordenadora, um ponto de articulação, mediado por lógicas institucionais específicas, cujo funcionamento pode, em muitos casos, produzir efeitos de larga escala para o conjunto da sociedade. A indiferença aos temas institucionais da política gera distorções, exatamente porque casos não se somam, mas pressupõem uma teoria freqüentemente essencialista da vida social, em que seriam compreendidos como sintomas expressivos de realidades essenciais ocultas e válidas. O desprezo pelas concepções globais e pelas macrocategorias simplificadoras termina, muitas vezes, por substituí-las por cenas atomizadas, cuja legitimidade heurística estaria radicada em sua suposta capacidade de revelar características estruturais, capacidade indutiva ou mimética, de fato, jamais discutida seriamente. Ocultar-se-ia, sob o foco aparentemente tópico dos casos, uma filosofia essencialista, contrapartida de teorias totalizantes tão mais ingênuas e simplistas quão menos conscientes e submetidas à discussão.

III

Outros dois centros de gravitação nos universos imaginários e conceituais das disciplinas em pauta seriam: o lugar da descrição ou da etnografia, aí incluídos temas como a função da forma e os critérios de juízo ou de verificação, e, a seguir, as teorias do ator.

A descrição está inexoravelmente presente em todo conhecimento da sociedade. Afinal, só é possível elaborar análises, interpretações e teorias a partir do reconhecimento de fatos, os quais, como sabemos, para sê-los, têm de submeter-se à mediação da linguagem, constituindo-se em reconstruções discursivamente elaboradas, para que façam sentido e correspondam a unidades identificáveis. Todavia, para a ciência política, tais operações são pré-evidentes, digamos assim, ou, em outras palavras, ocorrem nos bastidores e suportam, como matéria invisível, os fenômenos que se convertem em evidências pertinentes. Para os antropólogos, a etnografia é parte central de seu ofício. A problemática da forma adquire relevância decisiva, pois se transforma em questão epistemológica e metodológica, ao mesmo tempo em que o debate sobre a verificação é substituído pelo tema da propriedade mimética, entendida em seu sentido mais complexo, do qual se exclui a ingenuidade do realismo empiricista. A interface com a estética e a

ética torna-se estratégica, para a antropologia, independentemente da consciência dos pesquisadores.

O ator é o terceiro e último pólo organizador do campo conceitual e imaginário das duas disciplinas que pretendo mencionar. A hipótese é que, para a ciência política, o desenho modelar do ator é axiomático, enquanto, para a antropologia, o ator é parte do objeto a investigar, constituindo-se em enigma de importância crucial.

As conseqüências são enormes. O ideal regulatório antropológico usualmente admitido pelos cientistas políticos representa uma projeção direta das pressuposições sobre o ser humano acionadas na própria elaboração das auto-imagens dos cientistas. A matriz cultural é o individualismo moderno, já referido. É claro que modelo e objeto se ajustarão perfeitamente quando a investigação focalizar o agente racional utilitário operando na economia e na política, circunscrita pela institucionalidade liberal-democrática. Mas os outros seres humanos estarão sempre em débito relativamente ao modelo, apresentando *deficit* de racionalidade ou informação em suas práticas e declarações. O resíduo que ultrapassa as limitações do modelo axiomático serão tributados às carências e debilidades dos atores em causa. Isso constitui um problema grave, quando se trata de estudar a problemática política mundial hoje, cujos dilemas são civilizatórios e culturais, de grande escala.

Por outro lado, a plasticidade antropológica derivada do deslocamento do ator para a esfera do objeto de pesquisa pode conduzir a graves aporias ético-políticas, na medida em que tende a determinar uma relativização absoluta, ao ajustar as racionalidades às pautas culturais estudadas, das quais se deduziriam atitudes, valores e relações. Desse modo, os princípios nativos terminariam sendo reificados pela fetichização ou absolutização da abertura transcultural.

Riscos e limitações melhor se explicitam através do contraste e este exige diálogo franco, freqüente, profundo. Infelizmente, as dimensões simbólico-valorativas das subculturas disciplinares, associadas às dinâmicas interinstitucionais, produzem carapaças de proteção conservadoras que servem ao medo e à insegurança e erigem barreiras artificiais. Rompê-las talvez dependa apenas de nossa disponibilidade e iniciativa. Todos ganharíamos com a superação de paroquialismos e das fronteiras disciplinares e institucionais. Espero que esta e outras mesas, realizadas no contexto da ABA, contribuam para derrubar os muros de silêncio e insulamento corporativo.

Agradecimentos

Este texto foi apresentado na mesa redonda sobre "Antropologia e Ciência Política", coordenada por Renato Lessa, realizada no dia 30 de março de 1994, na XIXª Reunião Brasileira de Antropologia, na Universidade Federal Fluminense. Agradeço ao coordenador e aos demais membros da mesa, Otávio Velho, Ricardo Benzaquen de Araújo e Wanderley Guilherme dos Santos, pelo debate franco, aberto e sempre respeitoso. Sou ainda especialmente grato a Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Napoleão Miranda, Paulo Henriques Britto e Santuza Cambraia, pelo estímulo e pela colaboração amigável. Devo ainda prestar meu reconhecimento à paciência generosa e à receptividade de Julio Cezar Melatti, editor do *Anuário* e professor de toda a minha geração.

BIBLIOGRAFIA

BERLIN, Isaiah. 1982. *Vico e Herder.* Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1991. *Razão e Afetividade: O Pensamento de Lucien Lévy-Bruhl.* Campinas: UNICAMP — Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (Coleção CLE 8).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). 1979. *Marcel Mauss.* Traduções de Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldi Meirelles e Ivonne Toscano. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais [Antropologia] 11).

CLIFFORD, James & George MARCUS. 1986. Writing Culture: the Poetics and Politics of Ethnography. University of California Press.

______. 1988. *The Predicament of Culture: Twentieth-century Ethnography, Literature, and Art.* Harvard University Press.

DAMATTA, Roberto. 1976. *Um Mundo Dividido: Estrutura Social dos Índios Apinayé.* Petrópolis: Vozes.

______. 1993. "Antropologia da Saudade". In *Conta de Mentiroso, Sete Ensaios de Antropologia Brasileira* (Roberto DaMatta). Rio de Janeiro: Rocco.

LAMOUNIER, Bolivar. 1977. "Formação de um Pensamento Politico Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação". In *História Geral da Civilização Brasileira, III: O Brasil Republicano, 2: Sociedade e Instituições (1889-1930)* (Boris Fausto, dir.). Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). 1991. *Sistema Eleitoral Brasileiro: Teoria e Prática.* Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ.

SANTOS, Wanderley Guilherme. 1989. *Discurso sobre Objeto; uma Poética do Social.* São Paulo: Companhia das Letras.

SOARES, Luiz Eduardo. 1993. Os Dois Corpos do Presidente e Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

STOCKING, George W. (ed.). 1983. *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork.* Madison: University of Wisconsin Press.

______. 1986. *Malinowski, Rivers, Benedict & Others: Essays on Culture and Personality.* Madison: University of Wisconsin Press.

______. 1989. *Romantic Motives: Essays on Anthropological Sensibility.* Madison: University of Wisconsin Press.